

Brito, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia, 1870-1888*. Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2003. 307p.

Uma monografia rica em informação e interpretações, *A Abolição na Bahia*, de Jailton Lima Brito, está dividida em cinco capítulos. O primeiro trata da resistência escrava como um fator no movimento abolicionista na Bahia. Brito nota que os escravos responderam às circunstâncias e agiram no melhor interesse deles. Eles entenderam as constantes mudanças no cenário político e muitas vezes receberam a ajuda de pessoas livres. O autor considera a Lei de 1871 um importante marco. Os escravos e seus aliados fizeram valer nas cortes os direitos afirmados na Lei do Ventre Livre (por exemplo, o direito de exercer controle sobre o pecúlio para compra da liberdade). Muitas vezes os escravos fugiam, alguns para quilombos, outros para a polícia e juízes, para denunciar o tratamento recebido dos senhores e outros assuntos. Brito enfatiza que fuga pode ser interpretada como uma forma de negociação, uma estratégia dos escravos e seus aliados. Ele usa uma rica e variada documentação para apoiar suas interpretações. Brito sugere que os escravos fugiam em grupos na década de 1880, quando o movimento abolicionista ressurgiu.

Eu diria que as fugas em grupo começaram mais cedo, pelo menos a partir da década de 1860, se não antes.

O capítulo dois analisa a maneira como os baianos apoiaram o movimento abolicionista em sua província. Brito sugere que existiu amplo apoio para o fim da escravidão, particularmente nos anos 1880. O autor discorda da visão — proposta por Luís Anselmo da Fonseca em *A escravidão, o clero e o abolicionismo*, 1887 — de que o movimento abolicionista teve um apoio popular mínimo na Bahia. Brito analisa os debates políticos publicados nos jornais de Salvador e das cidades do interior. Em uma província muitas vezes considerada atrasada na segunda metade do século dezenove, é notável a riqueza do debate político e intelectual nos jornais da Bahia.

O terceiro capítulo mostra a vida daqueles que atuaram como lideranças no movimento abolicionista na Bahia. Muitos indivíduos contribuíram, de ativistas afro-baianos nas ruas de Salvador a emancipacionistas conservadores que discursaram na assembléia provincial. Particularmente interessante é a discussão das

decisões contrárias aos interesses dos senhores de escravos. Nas palavras de Brito: “O questionamento ao outrora inquestionável direito de propriedade estimulou o judiciário a, cada vez mais, misturar suas convicções políticas às suas decisões [legais]” (p.257).

O epílogo e a conclusão descrevem alguns dos importantes eventos que se seguiram à libertação, tais como festejos, debates entre ex-escravos e ex-abolicionistas e mobilidade física dos ex-cativos. Comparações são feitas com os acontecimentos nos turbulentos anos entre 1870 e 1888 em outras províncias do império.

Alguns pequenos comentários. Seria interessante saber quando foram publicados originalmente livros como *Memória sobre o estabelecimento*

*d’uma companhia de colonização nesta Província*, de Miguel Calmon du Pin e Almeida (p.174). A historiografia sobre a Abolição a que o autor se refere (p. 165) foi produzida nos anos sessentas do século XX, e não no XIX. Também não é claro a data exata de alguns discursos na Assembléia Provincial da Bahia (por exemplo p. 235-36). A Lei de número 1.131 foi criada em 17 de junho de 1870 e não em 17 de junho de 1860. Joaquim Gonçalves escreveu sua tese em 1896 e não em 1986. Coisas assim.

O livro merece uma leitura cuidadosa. Jailton Brito toca nos grandes nomes e temas associados à Abolição na Bahia e no Brasil e também nas sutilezas desse complexo processo.

Dale Graden

Professor do Departamento de História da Universidade de Idaho  
Traduzido por Laura Guedes.